SF/26814.23657-65 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CTFC

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura e a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de debater a fragilização da cadeia de distribuição de combustíveis no Brasil, os impactos sobre preços e abastecimento, e as alternativas de intervenção estatal no setor.

O tema da audiência pública diz respeito à crescente fragilização da cadeia de distribuição de combustíveis no Brasil e às consequências econômicas, sociais e estratégicas desse processo. Em termos práticos, trata-se de discutir como a perda de instrumentos públicos de coordenação sobre a distribuição, especialmente após a privatização da BR Distribuidora, reduziu a capacidade do Estado de influenciar a formação de preços na ponta, de assegurar o repasse de reduções ocorridas nas refinarias ao consumidor final e de responder com maior efetividade a choques internacionais sobre o petróleo. A questão central é que, embora o Brasil seja relevante produtor de petróleo, isso não se converte automaticamente em estabilidade de preços internos, sobretudo quando a etapa final da cadeia fica majoritariamente submetida à lógica privada de maximização de margens.

O debate também envolve a relação entre distribuição de combustíveis, segurança energética e inflação. Em cenários de crise internacional,como os provocados por conflitos no Oriente Médio e por interrupções em rotas estratégicas de energia, o preço do petróleo tende a subir

SF/26814.23657-65 (LexEdit)

rapidamente, pressionando especialmente o diesel, que tem peso decisivo sobre o transporte de cargas, os alimentos e os custos produtivos em geral. Quando o país não dispõe de instrumentos robustos de regulação e coordenação sobre a cadeia de abastecimento, esses choques externos são transmitidos de forma mais intensa para a economia doméstica. Por isso, a audiência se justifica não apenas como debate setorial, mas como discussão sobre estabilidade macroeconômica, defesa do mercado interno e proteção do poder de compra da população.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- representante do Ministério da Fazenda;
- representante do Ministério de Minas e Energia;
- representante da Senacon;
- representante da Federação Única dos Petroleiros;
- representante do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – Ineep..

JUSTIFICAÇÃO

A recente instabilidade internacional no mercado de petróleo recolocou no centro do debate público a necessidade de o Estado brasileiro dispor de instrumentos efetivos para coordenar a cadeia de combustíveis e proteger a economia nacional contra choques externos. O aumento das tensões geopolíticas e a elevação do preço internacional do barril evidenciaram, mais uma vez, que a transmissão desses choques para o mercado doméstico não depende apenas do cenário externo, mas também da forma como o setor está estruturado internamente. No caso brasileiro, a perda de capacidade pública de coordenação sobre a distribuição de combustíveis, após a privatização da BR Distribuidora, contribuiu para aprofundar a vulnerabilidade do país, com efeitos sobre preços, abastecimento, inflação e custos logísticos

O material em análise destaca que, mesmo quando há redução de preços nas refinarias, o repasse ao consumidor nem sempre ocorre de forma

SF/26814.23657-65 (LexEdit)

integral, o que indica a necessidade de examinar com mais profundidade a formação de margens na distribuição e na revenda. Soma-se a isso a permanência de capacidade ociosa no parque de refino nacional e a dependência parcial de derivados, especialmente diesel, quadro que limita a autonomia do país diante de situações de crise internacional

Embora o governo federal tenha anunciado medidas emergenciais para mitigar a alta dos combustíveis, como desoneração tributária, subvenção temporária e reforço da fiscalização, é preciso reconhecer que tais providências, ainda que relevantes no curto prazo, não substituem o debate estrutural sobre o futuro do setor. A audiência pública permitirá discutir alternativas mais duradouras, como o fortalecimento do refino doméstico, a criação de instrumentos permanentes de regulação, o monitoramento público das margens de distribuição, a constituição de estoques estratégicos e a ampliação da presença estatal ou paraestatal em segmentos decisivos da cadeia de abastecimento

Diante da relevância econômica, social e estratégica do tema, torna-se fundamental promover um debate qualificado nesta Comissão, com a participação do Poder Executivo, das agências reguladoras, das empresas públicas, de especialistas e de representantes dos trabalhadores, a fim de avaliar medidas capazes de reforçar a segurança energética nacional, reduzir a vulnerabilidade do mercado interno e assegurar maior estabilidade nos preços dos combustíveis.

Sala da Comissão, 31 de março de 2026.

Senador Beto Faro
(PT - PA)